

## RECONHECIMENTO SIMBÓLICO E DOM

CLÁUDIO REICHERT DO NASCIMENTO<sup>1</sup> E NOELI DUTRA ROSSATTO<sup>2</sup>

O texto de Paul Ricoeur, que na seqüência traduzimos ao português, é uma conferência proferida em novembro de 2002, na *Journée de Philosophie*, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publicada com o título *La lutte pour la reconnaissance et l'économie du don* (Paris, Unesco, 2004).

A conferência *A luta por reconhecimento e a economia do dom* se inclui no debate mais geral da problemática do reconhecimento, realizado recentemente pelos intelectuais de língua alemã, inglesa e francesa. Ela já é um esboço bem delineado da tese principal que Ricoeur vai defender amplamente neste debate: a ideia hegeliana de luta por reconhecimento tem seu principal mérito assentado na superação moral da moderna tendência da filosofia política que, de Maquiavel a Hobbes, se fundamentou na pressuposição de que há uma luta natural por autoconservação. Além disso, ele introduz aos poucos a tese complementar de que a noção de luta violenta não pode continuar ainda hoje com a palavra final no tema do reconhecimento: ela deve ser “completada e corrigida” pela ideia não violenta de dom (cf. RICOEUR, 2004, p. 11).

Estas teses, aqui apontadas de maneira sucinta, logo serão retocadas de forma mais acurada em sua última obra *Parcours de la reconnaissance* (2004). Aí o autor desenvolve com mais detalhes e de forma mais acabada o mesmo propósito de “completar uma problemática da luta por meio da evocação das experiências de paz pelas quais o reconhecimento pode, senão encerrar seu percurso, ao menos deixar entrever a derrota da negação de reconhecimento” (RICOEUR, 2006, p. 203).

No plano interno de sua obra, o tema do reconhecimento, que já se fazia presente no final de *O si-mesmo como um outro* (1990), se insere decisivamente na discussão da problemática da alteridade, tendo duas implicações principais. Em um sentido, Ricoeur busca enfraquecer as chamadas teorias negativas da deposição do outro; e, em sentido oposto, procura esboçar aos poucos uma teoria do reconhecimento positivo que possibilite resgatar a relação *com e para o* outro de acordo com as exigências adjudicadas às categorias de solicitude, no plano ético, e de respeito, no plano moral.

Ao não aceitar o ponto de partida que reitera a assimetria nas relações interpessoais, jurídicas e sociais, por se tratar de uma posição avessa à solicitude e ao respeito mútuo, Ricoeur terá de apostar num tipo de relação que não mais propugne ou se assente, de saída e primeiramente, na tentativa de deposição do outro. E, de igual modo, ao rejeitar a luta como pressuposto unilateral e exclusivo no balizamento das relações interpessoais e sociais terá de investir em novas formas positivas de reconhecimento. De saída, isso significa já andar na contramão não só da dialética hegeliana do senhor e do escravo e da própria ideia de luta de classes marxiana e marxista, mas também da teoria sartreana do reconhecimento pelo olhar e a vergonha. Em sua ótica, todas essas teorias procuraram resolver o problema da relação *com o* outro por meio da negação da “vontade de alteridade”, o que só permitiu levar a um inevitável e trágico desfecho: a satisfação do “desejo de solidão mediante a morte do outro” (cf. RICOEUR, 1954).

### RECONHECIMENTO E LUTA

Em sua conferência *A luta por reconhecimento e economia do dom*, Ricoeur tem em vista inicialmente que o problema da luta pelo reconhecimento ganhou sua primeira formulação na *Fenomenologia do Espírito* (1807) de Hegel, texto em que o filósofo alemão, na esteira da filosofia política inglesa de Thomas Hobbes, se movia dentro da problemática específica da dialética do senhor e do escravo. É, precisamente com Hegel, que o tema hobbesiano da guerra de todos contra todos, da luta pela sobrevivência, ganhará um tratamento eminentemente moral, na medida em que a preocupação central vai girar doravante em torno da procura por uma explicação para as relações sociais, distinta daquela indicada pelo medo natural da morte violenta. O desafio deixado por Hobbes será o de investigar se, na base do viver junto, há um motivo originalmente moral. A resposta do pensador alemão, na esteira de Kant e de Fichte, será positiva: o motivo moral reside no desejo de ser reconhecido.

Por sua vez, Hegel tomará como ponto de partida as experiências negativas do desprezo (*Missachtung*), pois, segundo ele, é através delas que descobrimos nosso próprio desejo de ser reconhecido. Tal desejo, então, não nasce das experiências do medo, da guerra ou da insegurança, tal como queria Hobbes, mas da insatisfação ou infelicidade humana, frutos da ausência de reconhecimento mútuo; tampouco tem origem num meio natural, como sugeria o beligerante

estado de natureza hobbesiano, mas num ambiente de reciprocidade social. Se a política moderna explicava a organização da sociedade com base na noção de contrato social, firmado entre indivíduos que calculam as vantagens de sair de um natural estado de guerra geral, Hegel entende que o processo de socialização do indivíduo desde o início já está ligado a obrigações intersubjetivas, decorrentes da vida ética (cf. REPA, 2010, p. 24).

Ricoeur também tem em vista que a recepção francesa da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel está marcada pela leitura de Alexandre Kojève. É, certamente, ele quem vai dar as coordenadas básicas desta problemática para intelectualidade francesa do pós-guerra, a começar por Georges Bataille, Jean-Paul Sartre e o próprio Paul Ricoeur entre outros. Em sua *Introdução à leitura de Hegel* (1947), Kojève dava especial atenção à luta por reconhecimento e à dialética do senhor e do escravo, destacando que, com o aporte hegeliano, os homens deixavam de ser apenas e primeiramente seres de necessidades básicas, tal como os animais, tese que amparava o ponto de partida da moderna política, e passavam à condição moral de seres movidos pelo desejo. O que motiva o ser humano, antes de tudo, é o desejo de ser reconhecido.

Não obstante, Ricoeur não se contenta com isso. Para ele, o tema hegeliano do reconhecimento, limitado à dialética do senhor e do escravo, é um tanto quanto reducionista. Se levarmos em conta o que realçava o próprio Kojève (1947, p. 14ss), nesta dialética, um dos dois combatentes deve ceder ao outro, recusando-se conquanto a correr o risco de perder a própria vida para satisfazer seu desejo de ser reconhecido; deste modo, um deles deve abandonar seu desejo e satisfazer o desejo do outro; deve, em suma, reconhecer sem ser reconhecido pelo outro. E, além disso, a proposta hegeliana, tal como ela se apresenta, traz como alternativa única um tipo de reconhecimento que se dá ao nível das ideias, numa superação dialética que resulta na resignação ou na indiferença estóica e, por fim, no ceticismo. Ante tais recusas, Ricoeur, amparado ainda nas recentes análises deste tema hegeliano, que indicam semelhante resultado – e ele nomina expressamente a Jacques Taminiaux (1984) –, adverte: “se nós permanecemos somente no horizonte da luta por reconhecimento, criaremos uma demanda insaciável, um tipo de nova consciência infeliz, uma reivindicação sem fim” (RICOEUR, 2004, p. 11).

Tendo em vista a crítica a estas tendências inerentes ao próprio texto da *Fenomenologia do Espírito*, tendências estas que resultam numa ideia negativa de luta sem trégua, de busca sem limites, de ânsia insaciável, de superação ideal, de reconhecimento assimétrico, Ricoeur se associa aos estudos contemporâneos que retomam o jovem Hegel dos dois fragmentos de Iena, o

*Sistema da vida ética* (1802-03) e a *Filosofia real* (1803-04). É precisamente neste ponto que o pensador francês assume de bom grado a interlocução com uma das interpretações recentes do tema hegeliano: o texto do frankfurtiano Axel Honneth, *A luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais*, publicado em 1992.

Segundo Ricoeur, a principal ideia hegeliana que Honneth vai retomar é a de que são as experiências negativas de desprezo (*Missachtung*) que permitem descobrir nosso próprio desejo de reconhecimento. Então, o desejo de reconhecimento tem origem na insatisfação ou na situação de desprezo. A exploração deste par dialético de conceitos - desprezo e reconhecimento - constituirá, para o filósofo francês, a principal conquista da releitura deste tópico hegeliano por Honneth.

Na seqüência, Ricoeur destaca, com Honneth, os três níveis da dialética entre desprezo e reconhecimento, presentes nas obras do Hegel de Iena. São os níveis dos afetos, o jurídico e o social. O filósofo francês dá especial atenção ao primeiro e ao último destes níveis, o pré e o pós-jurídico. De acordo com a retomada crítica de Honneth, apoiada neste particular pela psicologia pós-freudiana (notadamente G. H. Mead), o aspecto relativo ao desprezo afetivo carrega consigo os sentimentos negativos de abandono, de adversidade e de infelicidade, vividos ao longo da primeira infância. É o momento em que a criança busca construir a auto-estima na relação com o outro: ao satisfazer o desejo de ser confortada, adquire confiança em si e na vida; ao não satisfazer, desenvolve a capacidade de isolamento e de desconfiança em relação ao outro. Este último aspecto constitui, para Honneth, o melhor equivalente contemporâneo do que era, ao nível afetivo, a noção hegeliana de desprezo.

O outro aspecto destacado por Ricoeur diz respeito ao desprezo situado na conjunção dos níveis jurídico e social. Aquilo que Hegel apontava como sendo a contradição social, geradora do desprezo e do abandono, tem seu equivalente atual numa estranha equação gerada no bojo da sociedade industrial, em que a produção de riquezas é inversamente proporcional ao aumento do equilíbrio social. Desta forma, a contradição social, assinalada por Hegel como sendo o móbil do desprezo e da negação de reconhecimento, aponta, em nossa sociedade, para um desequilíbrio mais profundo, decorrente da distorcida relação entre a igual atribuição de direitos (nível jurídico) e a desigual distribuição de bens (nível social). O resultado disso é a frustração da estima social, pois, na prática, há um enorme contraste entre os princípios formais da igualdade,

assumidos na esfera pessoal e jurídica como direitos de todos, e as gritantes desigualdades sociais, propulsoras da vergonha, da cólera, da indignação e de todo tipo de revolta.

É justamente neste terreno fronteiro demarcado entre a negação da auto-estima social, pela multiplicação de todo tipo de desigualdade, e a posituação formal do reconhecimento na forma universal da igualdade de direitos, que Ricoeur situa sua desconfiança em relação à própria noção geral de luta por reconhecimento. Ele confessa que as releituras dos autores contemporâneas aos textos do jovem Hegel, ao invés de trazer conforto, acabaram por conduzi-lo a um estado de perplexidade (*point de perplexité*), que ele assim expressa em forma de questão: “... o «ser reconhecido» da luta pelo reconhecimento não é o tema de uma busca indefinida, o que cria a figura da «insatisfação infinita?»” (RICOEUR, 2004, p. 21).

É neste momento preciso que Ricoeur introduz como alternativa viável frente aos impasses gerados pela via de uma luta interminável (Hegel), ou mesmo de uma análise interminável (Freud), o caminho que passa pelas “experiências sem dúvida raras, embora preciosas, das felizes realizações do reconhecimento” (RICOEUR, 2004, p. 21). A tarefa de *corrigir e completar* a grande herança hegeliana do reconhecimento conquistado pela luta se inicia com a retomada de outra vertente: trata-se da tradição calcada no reconhecimento dado, ou seja, nas propostas da economia do dom e dos estados de paz.

### RECONHECIMENTO SIMBÓLICO E DOM

A herança retomada por Ricoeur revisita inicialmente a obra antropológica de Marcel Mauss, *Ensaio sobre o dom – forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas*, publicada em 1923. O antropólogo francês investigou o intercâmbio de dons nas cerimônias das sociedades arcaicas. Suas conclusões apontaram no sentido de que o enigma dessas práticas de intercâmbio cerimonial de prendas não residia na obrigação de dar ou de receber, mas na própria coisa dada. As coisas trocadas se revestiam de um poder intrínseco misterioso, de uma virtude inerente, que se mantinha circulando durante todo o livre fluxo das prendas dadas e recebidas. Havia algo mágico na coisa dada e recebida que permanecia girando entre os diferentes personagens envolvidos, retornando sempre ao ponto de partida.

Ao introduzir a obra de Mauss, *Sociologia e antropologia* (1950) – tema que volta em *As estruturas elementares do parentesco* e em outras obras - o grande antropólogo estruturalista

francês, que viveu no Brasil, Claude Lévi-Strauss, vai observar de forma crítica que esta explicação não faz mais que assumir o ponto de vista dos nativos, ao incorporar a própria interpretação do pensamento mágico, o que significa dizer em outros termos que o antropólogo acabou assumindo as crenças do grupo que ele observava. Para a análise estruturalista de Lévi-Strauss, ali onde o pensamento mágico invocava uma força oculta, não havia nada mais que uma simples regra econômica de circulação de bens. Mais tarde, Claude Lefort - *L'échange et la lutte des hommes* (1951), retomado em *Les formes de l'histoire. Essai d'antropologie politique* (1978) -, rebaterá esta crítica ao dizer que, por detrás da simples obrigação econômica de dar e de devolver em troca, havia uma confirmação intersubjetiva: no ritual de intercâmbio de bens, os indivíduos se reconhecem como pessoas, como não-coisas (cf. RICOEUR, 2006, p. 240-41).

Ricoeur, por sua vez, retoma a posição de Mauss a partir da releitura feita atualmente por Marcel Hénaff, em seu texto *O preço da verdade. O dom, o dinheiro, a filosofia* (2002). A importância da obra de Hénaff é, segundo nosso autor, ter resolvido o enigma do dom recíproco cerimonial mediante a ideia de mútuo reconhecimento simbólico. Para Hénaff, o dom cerimonial não é um ancestral arcaico, um competidor ou um substituto do intercâmbio mercantil, tal como queria Lévi-Strauss, pois ele se situa numa região distinta, caracterizada por aquilo que não tem preço, isto é, o “sem preço” (*sans prix*), tal como é o caso da dignidade humana, que tem valor, mas não tem preço. Neste caso, o dito popular que reza: “todo o homem tem seu preço”, teria de ser assim corrigido: “todo o homem que tem seu preço, não tem valor”. Tampouco o enigma do dom cerimonial se caracteriza como algo mágico que reside nas coisas dadas e recebidas em rituais, como propugnara Mauss. Qual é, então, a solução ao enigma?

Segundo Ricoeur, “a revolução de pensamento proposta por Hénaff consiste em deslocar a ênfase da relação entre o doador e o donatário e procurar a chave do enigma na própria mutualidade do intercâmbio *entre* protagonistas, e chamar essa operação compartilhada de reconhecimento mútuo” (RICOEUR, 2006, p. 249). Assim, em suma, o acento não estará mais posto nas próprias coisas dadas e recebidas, mas na relação de mutualidade entre os participantes que dão e recebem algo. De igual modo, a relação de troca de prendas não indica um antecedente arcaico da economia de mercado, mas é a figuração do reconhecimento mútuo entre pessoas envolvidas. Então, a importância do ato de dar e receber reside precisamente no reconhecimento simbólico (*reconnaissance symbolique*) que está situado além das coisas ofertadas (cf. RICOEUR, 2004, p. 24). A ideia do mútuo reconhecimento simbólico será, para Ricoeur, o

elemento chave na confrontação com as propostas do reconhecimento agonístico ou por conquista, derivadas da vertente hegeliana.

Neste ponto, não podemos evitar a questão: Ricoeur, ao se contrapor à ideia de luta, está rejeitando totalmente o conflito nas relações interpessoais?

Responder simplesmente de forma positiva a esta questão é não compreender plenamente os resultados a partir dos quais Ricoeur pretende fazer avançar a discussão. A nosso ver, é preciso notar, em um sentido primeiro, que ele quer, antes de tudo, se precaver a propósito de uma dialética que inaugura uma luta sem trégua de negação do outro; ou ainda, uma dialética que só encontra a superação no plano abstrato do pensamento indiferente, resignado e, por isso, infeliz; e tal dialética, como ele assegura desde o início, é o protótipo da figura hegeliana da consciência infeliz. É preciso inocular esta dialética que implica numa relação entre indivíduos em que um dos dois será inevitavelmente deposto. A mesma precaução também se estende, em um segundo sentido, aos estudos atuais que, ao retomarem o legado hegeliano, apresentam como ponto de partida as inúmeras formas de desprezo que são o móbil da luta por reconhecimento nas diferentes esferas da sociedade atual, como é o caso de Axel Honneth. Estas propostas de reconhecimento carregam consigo a insígnia da luta e estão por demais marcadas desde o início pelo germe da negatividade, da infelicidade e da destituição do outro. Com isso, Ricoeur não pretende invalidar estes estudos, mas, ao contrário, e de acordo os verbos que ele mesmo utiliza, pretende apenas *corrigi-los e completá-los*.

A reversão deste processo será levada a cabo por Ricoeur, em um primeiro momento, mediante a recuperação das “formas discretas” de reconhecimento em que se manifesta a consciência feliz, vislumbrada na ideia de economia do dom, que tem como exemplo os gestos de presentear alguém, a polidez das relações humanas ou também os ritos festivos (cf. RICOEUR, 2004, p. 26). São estes alguns dos modos não violentos de reconhecimento do outro. Em outro momento mais sistemático, sob a denominação de estados de paz, compreendidos entre eles os gestos de grandeza e de pedido de perdão ou as práticas de discriminação invertida, o autor apontará para os possíveis e diferentes percursos que o reconhecimento positivo já trilhou ou ainda trilhará; neste caso, o reconhecimento mútuo positivo, centrado nas práticas generosas distribuição de dons, não deverá pedir ou esperar nada em troca (cf. RICOEUR, 2006, p. 233ss).

Mediante o resgate destas vivas experiências do dom, Ricoeur pretende completar o tema da luta por reconhecimento, o que, a seu ver, contribui em um sentido para diminuir a incerteza

referente à efetiva realização de qualquer ser-reconhecido (cf. RICOEUR, 2006, p. 256). Neste aspecto, ao final de sua conferência ele já apresenta as coordenadas básicas de sua futura pesquisa – levada a cabo em *Percurso do reconhecimento* –, que, diferentemente de Axel Honneth ao investigar as gritantes e corriqueiras “formas de desprezo”, terá de concorrer para elucidar as “formas discretas” ou as “experiências raras” do reconhecimento positivo. São, pois, estas modestas e esparsas experiências reais que nos impedirão de regredir às formas primitivas, naturais e violentas de luta por reconhecimento.

Por fim, queremos agradecer ao *Fonds Ricoeur* e a senhora Catherine Goldenstein, por haver acolhido e autorizado a solicitação da presente publicação, junto ao *COMED-Fonds Ricoeur*.



**NOTAS**

---

<sup>1</sup> Mestrado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutorando da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

---

## REFERÊNCIAS

- CAILLÈ, Alain (Org.). *La quête de reconnaissance – nouveau phénomène social total*. Paris, Éditions découverte/Mauss, 2007, 303p.
- HENAFF, Marcel. *Le prix de la vérité. Le don, l'argent, la philosophie*. Paris, Seuil, 2002.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento – A gramática moral dos conflitos sociais (*Kampf um Anerkennung*, 1992). Tradução de Luis Repa. São Paulo, Editora 34, 2003, 291p.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introduction a la lecture de Hegel*. Paris, Gallimard, 1947 (Trad. castelhana: *La dialectica del amo y del esclavo en Hegel*. Buenos Aires, Editorial La Pleyade, s.d., 300p.).
- LEFORT, Claude. *Les formes de l'histoire. Essai d'anthropologie politique*. Paris, Gallimard, 1978.
- MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. Paris, PUF, 1950.
- REPA, Luis. Reconhecimento da diferença na teoria crítica, in TREVISAN, A. L.; TOMAZETTI, E.M.; ROSSATTO, N.D. (Orgs.). *Diferença, cultura e educação*. Porto Alegre, Editora Sulina, 2010, p. 17-34.
- RICOEUR, Paul. *Simpatie et respect: phénoménologie et éthique de la seconde personne*, in *Revue de Méthaphysique et de Morale*, n. 1, 1954, p. 380-397.
- \_\_\_\_\_. *O si-mesmo como um outro (Soi-même comme un autre, 1990)*. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas, Papirus, 1991.
- \_\_\_\_\_. *La lutte pour la reconnaissance et l'économie du don*. Paris, Unesco, 2004, 40p.
- \_\_\_\_\_. *Percurso do reconhecimento (Parcours de la reconnaissance. Trois études, 2004)*. São Paulo, Loyola, 2006, 279p.
- TAMINIAUX, Jacques. *Naissance de la philosophie hégélienne de l'État*. (Comentários e tradução da *Realphilosophie de Iena – 1805-1806*). Paris, Payot, 1984.